

**Paula Soares Campeão Gubert**

# **COMBATE À CORRUPÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA GLOBAL**

**Redes Transnacionais de Cooperação  
Jurídica na Persecução Criminal**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos sites na Internet

[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e

[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)

e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

A revisão ortográfica desta obra foi realizada pelos méritos da própria autora.

**ISBN: 978-85-362-9094-2**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –

Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco**

---

Gubert, Paula Soares Campeão.

G921 Combate à corrupção e cooperação jurídica global: redes transnacionais de cooperação jurídica na persecução criminal./ Paula Soares Campeão Gubert./ Curitiba: Jurua, 2019.

214p.

1. Direito processual. 2. Corrupção. 3. Cooperação jurídica. I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

00015

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 DA CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL À TRANSNACIONALIDADE ANTICORRUPÇÃO: A EMERGÊNCIA DAS REDES DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
1.1 CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL.....	23
1.1.1 Primeira Premissa: Delimitação do Termo Corrupção e Expansão do Fenômeno .....	23
1.1.2 O Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado como Ponto de Equilíbrio da Relação Estado-Indivíduo.....	26
1.1.3 Do Caso Particular à Norma Geral: Apontamentos Iniciais sobre a Operação Lava Jato .....	31
1.1.3.1 Notas sobre o caso referencial .....	32
1.1.3.1.1 Corrupção bilateral.....	32
1.1.3.1.2 Lavagem de capitais.....	33
1.1.3.1.3 A aplicação da cooperação jurídica internacional <i>in casu</i> .....	34
1.2 TRANSNACIONALIDADE ANTICORRUPÇÃO.....	36
1.2.1 Reconhecimento da Transnacionalidade: uma Constelação de Sistemas Legais Interrelacionados .....	36
1.2.2 Espectro de Transnacionalidade: Sujeitos Regulatórios Globais e Objetos Normativos Transnacionais.....	40
1.2.3 Redes Entrelaçadas e Direito Administrativo Global: a Emergência de Novas Vozes Normativas .....	42
1.2.3.1 Administração internacional .....	48

1.2.3.2	Redes transnacionais e arranjos de coordenação.....	51
1.2.3.3	Administração distribuída .....	53
1.2.3.4	Administração híbrida intergovernamental-privada....	54
1.2.3.5	Atores privados .....	54
1.2.4	De Vozes Não Identificadas a um Eco Normativo.....	55
1.2.5	O Elo Harmonizador: Cooperação Jurídica Transnacional .....	57

<b>2</b>	<b>O REDIMENSIONAMENTO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>59</b>
2.1	SEGUNDA PREMISA: RESSIGNIFICAÇÃO DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL .....	60
2.2	BASE PRINCIPOLÓGICA DA COOPERAÇÃO: AXIOMA FUNDAMENTAL E CONSAGRAÇÃO DE NOVOS RUMOS .....	66
2.2.1	Princípio da Aplicação da Norma Mais Favorável à Cooperação ( <i>Favor Comissionis</i> ou <i>Pro Solitudine</i> ) .....	69
2.2.2	Princípio da Paridade, na Maior Medida Possível, de Igualdade de Tratamento entre Demanda Nacional e Estrangeira Quanto à Otimização no Atendimento ao Pleito.....	70
2.2.3	Princípio da Aplicação à Cooperação Internacional das Garantias e Direitos Fundamentais.....	70
2.3	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: PORTA PARA UMA JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS .....	71
2.4	TIPOLOGIA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL .....	74
2.4.1	Elementos Subjetivos: Sujeitos Comunicantes .....	75
2.4.1.1	Sujeitos diretos.....	75
2.4.1.2	Polarização dos sujeitos comunicantes .....	75
2.4.1.3	Vetores de direcionamento da cooperação .....	75
2.4.1.4	Sujeitos indiretos ou interessados .....	79
2.4.2	Elementos Objetivos .....	80
2.4.2.1	Canais de comunicação .....	80
2.4.2.1.1	Via diplomática .....	80
2.4.2.1.2	Via da autoridade central .....	81
2.4.2.1.3	Via do contato direto.....	84

2.4.2.2 Instrumentos cooperativos: veículos de transmissão ...85

2.4.3 Elementos Teleológicos: Conteúdo do Pedido.....87

<b>3</b>	<b>MARCAS EVOLUTIVAS DA EFICÁCIA DOS INSTRUMENTOS COOPERATIVOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO: A ERA DAS REDES.....</b>	<b>89</b>
3.1	CARTA ROGATÓRIA PENAL.....	90
3.1.1	Sujeitos Comunicantes.....	90
3.1.2	Conteúdo do Pedido.....	91
3.1.3	Canais de Comunicação.....	91
3.1.4	Notas de Eficácia.....	91
3.2	AUXÍLIO DIRETO EM MATÉRIA PENAL.....	92
3.2.1	Sujeitos Comunicantes.....	93
3.2.2	Conteúdo do Pedido.....	96
3.2.3	Canais de Comunicação.....	97
3.2.4	Notas de Eficácia.....	98
3.3	REDES DE COOPERAÇÃO JURÍDICA DIRETA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	99
3.3.1	Sujeitos Comunicantes.....	104
3.3.2	Conteúdo do Pedido.....	107
3.3.3	Canais de Comunicação.....	109
3.3.4	O Emprego de Tecnologias de Comunicação no Marco das Redes.....	112
3.3.5	Configuração e Funcionamento das Redes: Notas de Eficácia...	113
<b>4</b>	<b>A CONCRETIZAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO JURÍDICA DIRETA NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO E A SUA APLICAÇÃO NO COMBATE À CORRUPÇÃO PELA OPERAÇÃO LAVA JATO.....</b>	<b>119</b>
4.1	AGENDA NORMATIVA INTERNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA DIRETA NOS MEANDROS DO PROCESSO BRASILEIRO.....	120
4.2	A CONCRETIZAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO JURÍDICA DIRETA NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO.....	128
4.2.1	Introdução de Figuras Normativas Atípicas.....	132

4.3	O PROCESSO PENAL ENQUANTO INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE DO COMBATE À CORRUPÇÃO: EIXOS NORMATIVOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	135
4.3.1	Limites e Garantias do Processo Penal.....	138
4.3.1.1	Princípio da razoabilidade.....	139
4.3.1.2	Princípio da proporcionalidade .....	140
4.3.1.3	Princípio do contraditório .....	142
4.3.1.4	Prova penal à luz do devido processo legal.....	143
4.3.1.5	O modelo de controle por <i>standards</i> jurídicos .....	149
4.4	AS REDES TRANSNACIONAIS DE COOPERAÇÃO NA <i>PRAXIS</i> JURÍDICA BRASILEIRA .....	154
4.4.1	Redes Integradas pelo Ministério Público Federal .....	155
4.4.2	Redes Integradas pela Polícia Federal .....	159
4.5	UM GIRO HERMENÊUTICO DA NORMA GERAL AO CASO CONCRETO – À GUIA DE CONCLUSÃO.....	163
4.5.1	Veículos de Transmissão da Cooperação Jurídica Internacional Aplicados <i>In Casu</i> .....	163
4.5.2	Sujeitos Legitimados para Cooperar na Relação entre Brasil e Suíça .....	172
4.5.3	Via Comunicativa Adequada .....	174
4.5.4	Conteúdo da Cooperação e Notas Finais de Eficácia .....	178
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>187</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>201</b>